

**UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PSICOLOGIA**

Camila de Paula Gaspari
Maria Joelma Araújo Mota
Samara Grazielly Angelo Vieira

RELACIONAMENTO ABUSIVO: O IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO

**SÃO PAULO
2023**

**UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PSICOLOGIA**

Camila de Paula Gaspari
Maria Joelma Araújo Mota
Samara Grazielly Angelo Vieira

RELACIONAMENTO ABUSIVO: IMPACTO NO DESENVOLVIMENTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Psicologia da Universidade São
Judas Tadeu como parte dos requisitos
para obtenção do grau de Psicólogo.
Orientadora: Prof. Ms. Daiane Fuga da Silva

**SÃO PAULO
2023**

RESUMO

O objetivo desse estudo foi apresentar um levantamento teórico acerca das questões que envolvem o relacionamento abusivo e o impacto desse fator no desenvolvimento. Os dados enfatizam as implicações, tanto emocionais, como, psicopatológicas, por exemplo, a depressão, ansiedade, síndrome do pânico e estresse pós-traumático. Nas questões físicas, destaca-se a ocorrência dos comportamentos autodestrutivos. As informações apresentadas revelam a desigualdade na manifestação da violência, com grupos específicos da sociedade, notadamente mulheres, jovens, pessoas de raça preta ou parda e aquelas de menor renda, sendo afetadas de maneira desproporcional. Ressalta-se a necessidade de se investir em informações, políticas e leis que auxiliem as pessoas na conscientização do relacionamento abusivo e no impacto que o próprio traz no desenvolvimento.

Palavra chave: relacionamento abusivo; violência; psicologia.

Introdução

De acordo com a pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019 divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) a violência, de modo geral, atinge mais as mulheres, os jovens, as pessoas pretas ou pardas e a população de menor rendimento, sendo cerca de 29,1 milhões de pessoas de 18 anos ou mais que sofreram algum tipo de violência, no Brasil.

Durante a pesquisa do IBGE (2019) foi constatado que as mulheres são agredidas na maioria das vezes por companheiros ou ex-companheiros das vítimas, sendo que para 55,3% das mulheres, o local da última ou maior ocorrência foi a residência. De acordo com Adeodato et al. (2005), mulheres vítimas de violência conjugal apresentam sentimentos de solidão, tristeza crônica, desamparo, irritação e descrença. Em outra pesquisa realizada pelos autores, foi constatado que 38% das mulheres relataram ter pensado em suicídio como uma possibilidade diante da situação de violência vivida.

Segundo Colossi et al. (2015), mulheres que sofreram abuso sexual, físico, negligência ou que foram testemunhas de violência entre os pais têm maior probabilidade de serem vítimas de abuso em relacionamentos conjugais na vida adulta. Além disso, o mesmo estudo indica que homens que foram vítimas de violência física ou sexual na família apresentam maior propensão a se envolverem em relacionamentos amorosos como perpetradores de violência.

A Lei Maria da Penha, lei brasileira de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, prevê cinco tipos de violência: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial, conforme descrito no Capítulo II, artigo 7º, incisos I a V:

“A violência física se refere a qualquer conduta que cause danos à integridade física ou saúde corporal da mulher. A violência psicológica envolve atos que causem dano emocional, diminuição da autoestima ou que prejudiquem o desenvolvimento pessoal ou profissional da mulher. A violência moral é caracterizada por qualquer conduta que busque caluniar, difamar ou injuriar. A violência sexual abrange atos que forcem a mulher a manter ou participar de relações sexuais não desejadas, por meio de intimidação, ameaça, coação ou violência física. A violência patrimonial se refere a atos que restringem o acesso da mulher aos seus bens, documentos, valores e recursos financeiros.”

Diante desse cenário, destaca-se a existência do relacionamento abusivo, que pode ocasionar diversos problemas físicos e mentais no indivíduo, prejudicando seu desenvolvimento no decorrer da vida. O abusador vê a vítima, como objeto, sendo controlador, manipulador e agressivo, mantendo-a em uma relação extremamente tóxica, longe de um relacionamento sadio, onde passa

dos limites de um relacionamento que deveria ter paz, calma e proteção (Silva, 2018).

Segundo Silva (2018), é importante pensar, que a maioria dos indivíduos que se encontram em uma relação abusiva, sendo amorosa, familiar, amigável e até profissional, tem dificuldade em perceber, e conseguir cortar esse ciclo, mantendo-o por anos, e adoecendo mentalmente, principalmente entre casais, a mulher tem dificuldade em terminar, pois na maioria dos casos, mora junto com o abusador, e se vê sem alternativas, acreditando que o indivíduo irá melhorar, em um fluxo sem fim, de violência, manipulação e mentira.

Diversos fatores contribuem para a perpetuação de relacionamentos violentos entre mulheres. Um desses fatores relevantes é a dependência financeira, decorrente da restrição imposta pelos homens em relação ao trabalho das mulheres, que são incentivadas a se dedicarem exclusivamente ao cuidado da casa e dos filhos, segundo Da Fonseca e Lucas (2006). Como resultado, as mulheres ficam dependentes economicamente de seus parceiros, o que cria uma dinâmica propícia para a ocorrência de violência, uma vez que os homens utilizam seu poder econômico como uma forma de ameaçar e humilhar as mulheres.

Essa realidade é influenciada pela cultura patriarcal que prega a submissão das mulheres de acordo com Da Fonseca e Lucas (2006). A dependência emocional do parceiro é outro fator relevante que contribui para a permanência das mulheres em relacionamentos violentos, levando-as a se submeterem e aceitarem as agressões, mesmo assumindo a responsabilidade pelo que ocorre na relação. Essa dependência está diretamente relacionada à socialização feminina tradicional, que enfatiza a necessidade de as mulheres terem um parceiro para serem consideradas completas. Além disso, a crença na importância da "figura paterna" na criação dos filhos também desempenha um papel significativo nessa dinâmica (Souza, 2006).

Diante deste cenário, esse estudo trata-se de uma pesquisa teórica acerca dos impactos que tal relação abusiva pode desencadear na vivência feminina. Os temas que serão apresentados a seguir dizem respeito ao relacionamento abusivo, o perfil do abusador, perfil da vítima e estratégias de enfrentamento, bem como, o olhar da psicologia.

1. Relacionamento abusivo

O sistema patriarcal exige a existência de um determinado tipo de indivíduo, que seja capaz de exercer a violência de forma efetiva: o homem, o masculino ou o macho. Esse homem tem a habilidade de transformar sua agressividade em agressão de maneira pronta, com a ideia de que não se nasce homem, mas sim se torna homem. Esse processo de construção da identidade masculina é fortemente influenciado pela internalização da violência. Portanto, a violência é uma disposição que é aprendida ao longo do processo de socialização dos homens, no qual a masculinidade é uma construção social (Silva, 2014).

De acordo com Barros (2000), os homens são socializados a buscar independência econômica, enquanto as mulheres são encorajadas a depender afetivamente deles. No entanto, na sociedade contemporânea, os homens enfrentam um dilema devido à crescente independência financeira das mulheres e sua busca por autonomia. Isso pode levar a sentimentos de ressentimento por parte dos homens, uma vez que sua autoridade e poder tradicionalmente estavam ligados ao papel de provedores da família. Como resultado, observa-se um aumento no culto à virilidade e uma tendência maior de fomentar situações de violência como meio de impor a subordinação feminina

Em todas as relações humanas, o poder está visível, e em muitos casos vem acompanhado de violências para forçar a submissão e a passividade do abusado (Foucault, 1995). Segundo Arent (1985), em último caso a violência surge como uma opção para manter o poder sobre o abusado. O poder demonstra a desigualdade no relacionamento, onde um tem a palavra final, e o outro obedece, se tornando passivo, e sem escolhas no decorrer da vida. E quando ocorre a violência, o abusador se sente com o poder, uma via pela qual a força física ou simbólica será aplicada, no intuito de atingir determinado objetivo.

A questão é o que motiva algumas pessoas a não saírem e não perceberem que estão em relacionamento abusivo, porque não conseguem sair de uma situação que deixa doente, com auto estima baixa, e só piorando no decorrer do tempo. É importante alertar as pessoas a perceberem determinados comportamentos, e se questionarem se é saudável aquela relação, se aqueles comportamentos vem se agravando e se repetindo, fazer essas pessoas conseguirem tomar decisões na sua vida, e ser forte na escolha (Barreto, 2018).

Em 2015, o Mapa da Violência teve como perspectiva a análise dos feminicídios. Entre os anos de 2003 a 2013 o número de vítimas do sexo feminino foi crescente, passando de 3.937 para 4.762, o que significa 13 assassinatos diários de mulheres. Em um grupo homogêneo de 83 países, a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015) situou o Brasil na quinta posição do ranking de

homicídios femininos, sendo os principais agressores das jovens e adultas os parceiros ou ex-parceiros.

De acordo com Barreto (2018), em alguns atendimentos sobre relacionamentos abusivos, o número de mulheres que estão em uma relação homoafetiva, descreve bem menos sua parceira como abusadora, comparando com mulheres que sofrem com comportamentos violentos dos seus parceiros. Segundo Araújo (2008), tudo isso vem devido uma sociedade patriarcal, que no decorrer dos anos os homens têm a mentalidade de dominação com a sua parceira, e por muitas vezes esse controle se dá por violência. Os homens estão autorizados a manipular e explorar sua mulher, a vendo como um objeto, sem escolhas, sem voz e sem vontades.

Sendo assim, é perceptível que muitos dos relacionamentos abusivos, vem sendo construído por uma cultura antiga, onde o homem tem poder sobre a mulher, e a mulher tem que ser passiva, sendo conduzida a ter que lidar com um relacionamento nada sadio, com homens abusivos, manipuladores, e em muitos casos, até aceitando a violência física dentro desse relacionamento. E essas mulheres, por pensarem que relacionamentos assim são o “normal”. As mulheres podem persistir em um estado de insatisfação, frequentemente incapazes de expressar seus sentimentos e tomar ações decisivas. É notável que, ao contemplarem a possibilidade de encerrar esse relacionamento, pode enfrentar dificuldades, agravando ainda mais a complexidade da separação, especialmente quando há crianças envolvidas.

Com o avanço da leis, as mulheres se sentem mais confiantes para conseguir sair desse cenário, sendo mais ouvida, e compreendida pela sociedade, existindo políticas públicas sobre agressão contra mulheres, quanto mais informação essas mulheres tiverem sobre esse assunto, mais visão e autonomia terão sobre suas vidas.

2. O perfil do abusador

O relacionamento abusivo é um fato que sempre esteve presente na sociedade, independente da cultura, atingindo grande parte de mulheres, considerando um problema de saúde pública e que afeta os direitos humanos (Almeida & Ferraz, 2022).

As pesquisas sobre relacionamento abusivo, são de grande relevância, sendo bastante útil para os estudos sobre o abusador, possibilitando que sejam levados para a prática da psicologia, podendo auxiliar em trabalhos que poderão impactar diretamente na sociedade, permitindo à população uma maior compressão sobre o relacionamento abusivo, e assim dando oportunidade de formas de intervenção sobre esse determinado tipo de relacionamento. E com o intuito de compreender sobre os

comportamentos e perfis dos abusivos, possibilitando assim uma facilidade na identificação (Bancroft, 2003).

“O relacionamento abusivo pode ser definido, em linhas gerais, como uma relação na qual são praticados atos de agressão para com a vítima de modo a torná-la submissa, prevalecendo uma convivência abusiva, não somente constatada pela violência física, como também psicológica, verbal e sexual” (Leão et al, 2017, p 1).

Segue abaixo os perfis de abusadores, segundo Bancroft (2023):

1) “Homem que demanda”: É aquele sujeito que espera que a vida da companheira seja em torno das suas próprias necessidades. Sendo a atitude mais comum: acreditar que é tarefa da vítima fazer tarefas para ele. Mesmo que não seja responsabilidade dela, a companheira não deve colocar demandas para o mesmo e ainda o agradecer pela mínima coisa que o abusador faz, e acreditar que está acima das críticas e que a companheira tem muita sorte em tê-lo como “companheiro”.

2) “Senhor certo”: É aquele sujeito que se considera sempre certo, com grande autoridade. Sendo atitudes mais comuns como: acreditar que é extremamente intelectual, e mais inteligente que a companheira, o que a mesma fala não deve ser escutado ou levado a sério, e se ela aceitasse que ele está sempre na razão, o relacionamento seria melhor, e ele se sente maltratado quando ela discorda.

3) “Tortura com água”: Tem esse nome por referência ao tipo de tortura que se usava antigamente, no qual a pessoa ficava sentada e pingos de água caía no centro da sua cabeça. Seria aquele sujeito que fala com tom baixo, que usa o sarcasmo, mais relacionado ao abuso psicológico. Sendo atitudes mais comuns: fala que a companheira é louca, acredita que se ele está calmo, não é abuso, e faz ameaças ligadas a fatos que tem consciência que a comovem ou machucam.

4) “Sargento”: É aquele sujeito que controla todas as áreas da vida da companheira. Sendo atitudes comuns mais comuns como: Acredita que precisa controlar tudo, se não ela irá fazer tudo errado, a companheira não pode ter mais nada e nem ninguém na vida além dele, evita que ela tenha independência e fala palavras ofensivas vinculadas ao amor.

5) “Senhor sensível”: É o oposto do sargento, sendo um abuso mais sutil. Sendo uma pessoa que expressa os sentimentos, fala sobre inseguranças e medos. Sendo atitudes mais comuns: relatar que é contra a figura de “macho men”, acredita que nada é mais importante que seus próprios sentimentos, e fala que a companheira tem que ser grata por ele não ser igual os outros homens. Assim, controla a vítima analisando sua mente e emoções.

6) “Jogador”: É o sujeito que gosta de fazer jogos emocionais, e está bem ligado a sexualidade. Sendo atitudes comuns como: acreditam que as mulheres têm que satisfazer os homens, mulheres que desejam sexo são soltas, e acredita que se sua companheira o satisfizesse, ele não procuraria por outras.

7) “Rambo”: É o sujeito agressivo, sendo atitudes comuns como: Acredita que só é possível resolver situações sendo agressivo e até mesmo utilizando a força, que deve ser evitado se mostrar frágil, que as mulheres têm que servir os homens, e acredita que a companheira pertence a ele.

8) “Vítima”: É o sujeito que relata sempre que sua vida é muito difícil e sofrida. Sendo atitudes comuns como: Acredita que todos erram com ele, principalmente a companheira, faz com ela o que estiver sentindo que ela está fazendo, acredita que mulheres que reclamam de maus-tratos vindo do homem, são contra homens, e que pelas dificuldades que passou em sua vida faz com que não seja responsável por suas atitudes.

9) “Terrorista”: Sendo aquele que demanda muito de sua companheira e a controla muito. Sendo atitudes comuns como: Acredita que a companheira não pode desafiá-lo e nem o deixar, acredita que as mulheres são ruins e por isso deve controlá-las, não aceita a independência da companheira, se existe filhos na relação, usa para controlá-las, e vê a companheira aterrorizada, é totalmente satisfatório para ele.

10) “Doente mental ou viciado”: Mesmo que o abusador tenha problemas com drogas ou alguma doença mental, não são a causa do abuso, podendo apenas potencializá-lo. Sendo atitudes comuns como: Acredita que seus atos são devido a doença mental ou vício, a companheira é má e incompreensiva por julgar seus comportamentos abusivos, acreditar não ser abusivo e caso a companheira o contrarie pode agravar sua doença ou vício.

Sendo assim e observando todo os tipos de perfis abusivos, é um grande desafio entender seus comportamentos, principalmente para as vítimas que estão inseridas no relacionamento, sofrendo fisicamente, psicologicamente, moralmente, e enfrentando diversos tipos de violência. Mas é importante as mulheres terem informações sobre os abusadores, compreendendo de forma clara seus comportamento e pensamentos, e conseguir identificar quando estão sendo controladas e desrespeitadas.

3. Perfil da vítima

Pode haver uma semelhança nas características sociodemográficas compartilhadas pelas mulheres vítimas. Algumas dessas características comuns podem desempenhar um papel na

predisposição das vítimas à violência conjugal, enquanto outras, podem ter se desenvolvido como estratégias de sobrevivência em face desse cenário de violência Sá e Werlang (2013) .

O estudo feito por Silva *et al.* (2009) em um centro de prestação de serviço terciário de saúde localizado no Nordeste do Brasil com o objetivo de estimar a incidência de violência contra mulheres que relataram ter testemunhado violência doméstica durante a infância e/ou adolescência., um centro de prestação de serviço terciário de saúde localizado no Nordeste do Brasil teve como resultado no que se refere aos tipos de agressões que foram observadas durante a infância e/ou adolescência, os resultados mostraram o seguinte panorama: 42,8% das participantes testemunharam xingamentos, 35,5% relataram ter presenciado bofetadas, 33,1% mencionaram ameaças verbais, 28,3% viram situações de espancamento e 9,6% relataram ter presenciado ameaças com armas. Entre as mulheres que tinham histórico de violência na infância e/ou adolescência, 60,0% apontaram que identificaram o próprio pai como o responsável pelos maus-tratos no ambiente doméstico.

Nesta pesquisa a elevada frequência de testemunhos de violência na infância e/ou adolescência por parte de mulheres adultas vítimas de violência respalda os resultados de Rivera *et al.* (2004) onde foi demonstrado que as mulheres que sofrem a violência de gênero frequentemente têm sido vítimas ou testemunhado violência em suas famílias de origem. Também foi revelado durante os estudos de Rivera *et al.* (2004) que mulheres que sofreram abuso sexual na infância enfrentam um risco significativamente maior de vivenciarem violência em seus relacionamentos adultos, em comparação com mulheres sem histórico de abuso na infância.

Além disso, identificada uma associação significativa entre mulheres que foram vítimas de abuso sexual durante a infância e aquelas que sofreram violência severa por parte de seus parceiros. Foi levantando então uma hipótese por Riviera *et al.* (2004) onde as vítimas de abuso sexual precoce podem desenvolver habilidades de autopreservação menos eficazes, experimentar uma redução na autoestima e ter dificuldades na definição de seus limites pessoais, o que, por sua vez, as torna mais vulneráveis à vitimização.

Esses fatores podem contribuir para aumentar as chances de vitimização futura. Silva *et al.* (2009) reforça que de acordo com Freud (1923/1974) vivenciar ou ser vítima de violência na infância pode levar, na fase adulta, à aceitação da violência como um comportamento comum e apropriado. Isso pode ser interpretado como uma reprodução inconsciente da violência experimentada ou testemunhada nas relações infantis.

De acordo com Sá e Werlang (2013) ao realizar a análise de artigos, ficou evidente que os estilos de personalidade e os sintomas resultantes da vivência de violência apresentaram resultados muito semelhantes nos estudos investigados, independentemente do local onde a pesquisa foi conduzida. Isso implica que, em diferentes contextos e culturas, as características das mulheres que

são vítimas de maus-tratos compartilham notáveis semelhanças. Essa consistência reflete a possibilidade de generalização dos resultados de estudos locais para outras regiões, ao mesmo tempo em que sugere um possível perfil das mulheres envolvidas em relacionamentos abusivos.

A pesquisa da Defensoria Pública do Estado do Ceará em 2018 analisou o perfil das mulheres que procuram auxílio no Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (Nudem), em Fortaleza e na Região do Cariri, com o propósito de compreender os padrões de violência doméstica que elas enfrentam. O estudo visa não apenas a compreensão das manifestações de violência, mas também a identificação do perfil das mulheres assistidas. Até novembro de 2019, os registros indicam que o perfil das vítimas permanece similar ao de anos anteriores.

Mulheres na faixa etária de 36 a 45 anos (35%), de etnia parda (63%), com formação até o Ensino Médio (37%), continuam a enfrentar uma gama de violências que engloba o aspecto psicológico, físico, sexual, patrimonial e moral. É relevante notar que essas mulheres costumam denunciar tais abusos apenas após mais de uma década de convívio em relacionamentos abusivos. O levantamento, que se baseou em uma amostra de 573 mulheres que receberam assistência jurídica, psicológica e social da Defensoria, destaca que mesmo no contexto de violência doméstica, 48% das entrevistadas afirmaram não ter intenção de tomar medidas legais contra os agressores.

De acordo com Heise (1998), em sociedades onde a violência contra as mulheres é prevalente, podem ser observados quatro elementos que apontam para a subordinação de gênero. Esses elementos são os seguintes: em primeiro lugar, normas culturais ou legais que conferem aos homens direitos de propriedade sobre as mulheres; em segundo lugar, um controle exercido pelos homens sobre os recursos financeiros da família; em terceiro lugar, a supremacia masculina nas tomadas de decisão de forma geral; e, por fim, concepções de masculinidade que estão associadas à ideia de dominação e controle, conferindo aos homens uma maior liberdade e autoridade para definir os comportamentos femininos em nome da preservação da honra masculina.

Amaral *et al.* (2016) conduziram uma pesquisa cujos resultados revelaram que as mulheres agredidas frequentemente compartilham características específicas. Isso inclui a faixa etária jovem (53,5%), a ausência de união estável (68,0%), a baixa escolaridade (91,4%), a falta de renda mensal fixa (30,5%), a residência em casa própria (35,5%) com familiares (13,7%), o status de beneficiárias de programas de transferência de renda (26,9%) e a ausência de emprego formal (69,1%).

A percepção pessoal das vítimas de violência frequentemente inclina-se para uma autoimagem desvalorizada, falta de esperança e sensação de impotência. Isso as leva a se verem como pessoas desprovidas de poder e direitos, além de enfrentarem dificuldades no desenvolvimento da intimidade e da sexualidade (Caridade & Machado, 2006; Félix, 2012; Lynch & Graham-Bermann, 2000). Baumeister, Boden e Smart (1996), bem como Egan (2009), destacam que os estudos tradicionais nas

áreas sociais e psicológicas associam a baixa autoestima e os sentimentos de inadequação ou frustração como traços predominantes na maioria dos agressores, desempenhando um papel significativo na perpetuação da violência (Baumeister *et al.*, 1996).

Nórte (2015) observou que um estudo epidemiológico conduzido em São Paulo por Andrade *et al.* (2012) teve resultados que indicaram que a intensidade da exposição a situações de violência estava diretamente associada a um aumento significativo no sofrimento psicológico entre os indivíduos afetados por tais eventos sugerindo que a violência não apenas causa sequelas físicas, mas também impõe impactos substanciais na saúde mental da população brasileira, com o transtorno de estresse pós-traumático se destacando como uma das manifestações mais evidentes dos efeitos da violência.

No estudo feito por Pereira *et al.* (2018) foi apresentado a como consequências emocionais de uma relação abusiva a depressão, ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático, além de comportamentos autodestrutivos, como o uso de álcool e drogas, ou mesmo tentativas de suicídio. De acordo com as investigações efetuadas por Bucher-Maluschke (2003, 2004) e Hirigoyen (2006), a respeito de mulheres que encontram dificuldades para encerrar relacionamentos com parceiros violentos, indicam que essas mulheres não apresentam uma personalidade masoquista. Pelo contrário, elas vivenciam emoções como instabilidade, confusão, carência de autoconfiança, angústia, isolamento e dependência do agressor.

De acordo com Hirigoyen, Narvaz e Koller (2006) e Saffioti (2004), quando os episódios de maus-tratos se tornam mais regulares e imprevisíveis, as mulheres se veem com menos recursos psicológicos para encerrar a relação com seus parceiros. Isso resulta na adoção de mecanismos de adaptação e sobrevivência, tais como desconexão do pensamento, negação ou supressão de sentimentos, e até mesmo o desenvolvimento de uma identificação com o agressor, de maneira similar ao observado na Síndrome de Estocolmo.

Uma vez que a mulher se encontra nessa posição, o agressor faz uso da inversão de papéis para perpetuar os atos de violência física e sexual, atribuindo à companheira a culpa pelas agressões que comete. Isso leva a vítima a justificar o comportamento do parceiro. Nesse contexto, a violência doméstica passa a ser mantida em segredo, tanto pela vítima quanto pelo agressor, levando a mulher a se isolar dos ambientes que o casal frequentava, conforme discutido por Dutton e Golland (1997) e Hirigoyen (2006).

Em vista aos estudos levantados onde foi corroborado a associação entre experiências de violência na infância a um maior risco de vivenciar violência em relacionamentos adultos, é evidente a potencial influência dessas vivências na vida adulta das mulheres, podendo resultar em condições psicopatológicas como o Transtorno de Estresse Pós-Traumático e a Depressão.

Isso destaca a complexidade da questão da violência de gênero, ressaltando a urgente demanda por políticas públicas abrangentes, além de intervenções preventivas e suporte para as vítimas. Essa necessidade é ainda mais acentuada quando levamos em consideração a frequência alarmante de relatos em que o agressor é o próprio pai, no contexto do lar.

4. Estratégias de enfrentamento e o olhar da psicologia

Desde os primórdios da humanidade, o senso de poder domina determinados grupos, que, por diversos fatores, incluindo até mesmo recursos para se posicionarem, permanecem vulneráveis aos mandatórios alheios. Chamar de sobrevivência pode ser a única forma de adjetivar a força dessas minorias, que independente do cenário, sempre existiram. Não é um caso individual, é um problema social que corrobora com uma defasagem na saúde física e mental dos afetados (Fabieniet al., 2015).

O olhar da psicologia nesse cenário, em suma, também analisa a falta de autonomia que o indivíduo presente em um relacionamento abusivo, possui sobre sua realidade. Segundo Oliveira e Bergamini (2018), ser submisso às vontades e desejos do outro, anula sua identidade, colocando-o em uma posição em que muitas vezes, o reconhecimento não acontece. Sob uma perspectiva psicanalítica, a permanência em um ambiente assim, segundo Walker (1979), chama de síndrome da mulher agredida, e tem como sintomas a baixa autoestima, o medo, a depressão, a culpa e a passividade, referente a uma patologia desenvolvida como efeito das situações traumáticas.

O acúmulo desse sofrimento, entretanto, provêm de diversos fatores socioculturais que também limitam certas intervenções diretas que o indivíduo mapeie, Segundo Cunha (2007, p.161):

“Quanto menos recursos tem uma mulher que sofre violência conjugal, menores são suas possibilidades de abandonar a relação, o que quer dizer que, quanto mais presa a mulher estiver ao casamento, mais obstáculos ela encontrará para terminá-lo.”

Buscar esses recursos, envolve quebrar um ciclo de sofrimento-sobrevivência acumulado durante toda uma trajetória. Quando transparecido o ambiente adoecedor, a partir do momento que o indivíduo reconhece a aflição e o constante estado de alerta em sua relação, estratégias de enfrentamento devem ser exploradas para eventos conflitantes.

Segundo Bueno (2008) a estratégia de enfrentamento é o modo ou maneira específica de um indivíduo de responder às ameaças contingentes, percalços, revezes, adversidades, frustrações, estresses e aos constantes desafios da vida humana. Buscando adaptação e manutenção da integridade psicológica.

Ao longo dos anos, a permanência das mulheres nas relações abusivas vem se tornando objeto de estudo, a análise em um ambiente clínico, e até mesmo a identificação do risco, parte muitas vezes da fala sequer interpretada pelo próprio indivíduo. A Associação livre implantada por Freud em meados da década de 1900, provou-se eficaz ao solucionar angústias inconscientes através do pronunciamento livre. Em um dos seus primeiros relatos sobre o método, o austriaco o explica como:

“[...] Plenamente satisfatório, nas associações dos enfermos, ou seja, nos pensamentos involuntários – quase sempre sentidos como perturbadores e comumente postos de lado.” (Freud, 1904)

Nesse mesmo texto, os primeiros casos trabalhados por Freud com base na associação livre são citados para detalhar o impacto na psicoterapia, (Freud, 1904). Atualmente, as práticas de rodas de conversa podem ser eficazes para garantir um ambiente seguro e livre de direcionamentos superiores para manifestações de angústias inconscientes (Albuquerque Netto et al. (2015).

Relatos colhidos por participantes de duas ações realizadas tanto na prefeitura de Juiz de Fora quanto na prefeitura Municipal de Imperatriz exemplificam o quão benéfico essas pautas podem ser. Uma das participantes manifestou-se dizendo que essas rodas de conversas fortalecem as mulheres e são fundamentais para mostrar como a violência é estrutural e como juntas é possível construir formas de enfrentamento e reconhecimento.

Freud (1914/2000), quando fala sobre o narcisismo de homens e mulheres, refere que, entre as mulheres, a necessidade é de ser amada e não de amar. Um olhar que limita todo o desprezo em um adendo que talvez faça parte de um pacote relacional. Como se a sua identidade fosse moldada pelo prazer e necessidade do outro. Você não é o que quer ser, na realidade, passa a ser o que pode ser dentro de determinadas circunstâncias. O sujeito não enxerga além, o funcionamento psíquico se programa para esperar um comando ou controle para poder reagir, na maioria das vezes, submetendo-se. De acordo com Garland (2015), Freud apontou o trauma como eventos violentos ou inesperados que rompem com as defesas do psiquismo, tornando-o incapaz de funcionar normalmente.

A quebra do ciclo envolve o conhecimento dos padrões que adoecem significativamente os indivíduos e do quanto eles afetam a qualidade de sua saúde para que promoções de enfrentamento se tornem conscientes e mais aderentes à realidade do sujeito, Mizuno (2010). Fornecer um local de fala e deixar que todas as manifestações inconscientes se materializem, Freud (1914/2000), pode

ocasionar em uma construção de posição. A colocação de vítima é substituída por um indivíduo responsável por determinadas escolhas, tirando a soberania do outro e garantindo que o seu espaço exista.

Segundo, Albuquerque Netto et al. (2015) as práticas de cuidado à mulher precisam estar alicerçadas nos processos de escuta, no acolhimento, na corresponsabilização e no vínculo, desenvolvendo ações que possam contribuir com a saída da situação de violência, mas também no apoio posterior. Para o psicólogo atuante em casos de violência, seguindo os princípios do código de ética e conduta da profissão, a quebra do sigilo terapêutico pode ocorrer:

Art. 10 – O psicólogo poderá decidir pela quebra de sigilo, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo.

Ou seja, é vedado ao profissional a convivência com qualquer violação de direitos que prejudique a integridade do sujeito, certificando-se sempre, de que, em caso de quebra de sigilo, as informações devem restringir-se ao estritamente necessário para intervenção de um órgão público.

Entretanto, ao analisar-se um caso de relacionamento abusivo, indiferente do contexto, a violência parte de um autor para um receptor. Programas de atendimento foram instalados no final da década de 1970 para autores de violência, e a partir dos Estados Unidos, os estudos começaram a se espalhar para outros países, mas precisamente nas décadas de 1980 e 1990. No Brasil, os atendimentos aos homens autores de violência surgiram no final da década de 1990 e início de 2000, em parceria com o poder estatal e o sistema judiciário (Rothman, Burtchart & Cerdá, 2003).

A implementação do atendimento aos HAV (Homens autores de violência) vem sendo defendida, podendo gerar efeitos satisfatórios ao enfrentamento do combate ao fenômeno. As políticas públicas acabam sendo sempre mais voltadas aos amparo das mulheres, porém é visível a importância e incentivo das políticas públicas que incluam atendimento aos homens (Rothman, Burtchart & Cerdá, 2003).

Segundo Acosta, Andrade Filho e Bronz (2004) a contribuição aos grupos consiste na promoção de diálogos, favorecendo uma contribuição ao entendimento da situação. Assim os homens compartilham suas dores, temores e o silêncio sobre sua vida pública e privada, e o grupo funciona como um espaço de acolhimento e mudanças por meio de diálogo, e compartilhamento de vivências e experiências entre homens que viveram situações semelhantes (Acosta, 2004).

É notória a importância desse acolhimento para as pessoas que cometem um ato violento, pois

o impacto de reconhecer seu erro, e buscar uma melhora significativa para viver em sociedade respeitando os demais pode gerar uma transformação no agressor. E acima de tudo, transpondo décadas abusivas, finalmente uma conscientização.

Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo analisar o impacto dos relacionamentos abusivos no desenvolvimento. O artigo abordou os aspectos do relacionamento abusivo, mapeando os perfis tanto das vítimas quanto dos agressores, além de explorar estratégias de enfrentamento e a perspectiva da psicologia em relação a esse fenômeno.

As informações apresentadas revelam a desigualdade na manifestação da violência, com grupos específicos da sociedade, notadamente mulheres, jovens, pessoas de raça preta ou parda e aquelas de menor renda, sendo afetadas de maneira desproporcional. As implicações emocionais encontradas nas pesquisas decorrentes de relacionamentos abusivos são profundas e abrangentes, culminando em problemas como depressão, ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático, além de comportamentos autodestrutivos. Estes dados destacam a urgência de medidas efetivas na prevenção e combate à violência, bem como no apoio às vítimas afetadas.

Identificamos que, embora tenhamos encontrado o perfil da vítima em dados sociodemográficos, há uma escassez na identificação de traços de personalidade, especialmente em relação aos efeitos do relacionamento abusivo durante a infância, bem como a falta de pesquisas abordando grupos e abordagens de prevenção no tratamento de agressores, e uma escassez de estudos referente ao perfil de homens abusivos.

Sugerimos a realização de estudos adicionais que se concentrem no fenômeno do relacionamento abusivo, com uma ênfase especial nos impactos do desenvolvimento. Além disso, ressaltamos a importância de investigações mais abrangentes sobre programas de tratamento para agressores, bem como, o papel crucial da psicologia no apoio tanto às vítimas quanto aos abusadores. Para finalizar e concluir a análise, destacamos a necessidade de se investir em informações, políticas e leis que auxiliem as pessoas na conscientização do relacionamento abusivo e no impacto que o próprio traz em seu desenvolvimento.

Referências

- Adeodato, V. G. Carvalho, R. dos R., Siqueira, V. R. de ., & Souza, F. G. de M. e .. (2005). Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000100014>.
- Amaral, L. B. de M., Vasconcelos, T. B. de ., Sá, F. E. de ., Silva, A. S. R. da ., & Macena, R. H. M.. (2016). Violência doméstica e a Lei Maria da Penha: perfil das agressões sofridas por mulheres abrigadas em unidade social de proteção. *Revista Estudos Feministas*, 24(2), 521–540.
- Both, L. M. (2021). Funcionamento psicodinâmico de mulheres vítimas de violência por parceiro íntimo sob a perspectiva do diagnóstico psicodinâmico operacionalizado (OPD-2). Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Medicina, Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria e Ciências do Comportamento, Porto Alegre.
- Carvalho-Barreto, A. de ., Bucher-Maluschke, J. S. N. F., Almeida, P. C. de ., & DeSouza, E.. (2009). Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722009000100012>.
- Crochik, J. L., & Mossman Fernandes, A. (Eds.). (2011). Violência sexual contra crianças e adolescentes na cidade de São Paulo: Enfrentamento e crítica. Campo Grande, MS.
- Da Fonseca, R. M. S., & Lucas, M. C. (2006). Fatores de risco para a violência conjugal. In: A. S. Cabral & V. C. Gomes (Orgs.), *Violência conjugal e direitos humanos: um estudo interdisciplinar*. Curitiba: Juruá.
- Freud, S., & Salomão, J. (1997). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (Vol. 7, pp. 117-231). Edição 'Livros do Brasil'.
- Scott, J. B., & Oliveira, I. F. (2021). Grupos reflexivos para homens autores de violência doméstica: Estudo comparativo a partir de três programas brasileiros. *Psicologia: Teoria e Prática*, 23(1), 1–26.

- IBGE. (2020). Violência atingiu 29,1 milhões de pessoas em 2019: mulheres, jovens e negros, <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012>.
- Nórte, C. E.. (2015). AS VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA: ENTRE DISCURSOS CIENTÍFICOS E BIOPOLÍTICAS DO CONTEMPORÂNEO. *Psicologia & Sociedade*, 27(1), 169–178. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p169>.
- Rivera, L., Salmerón, J., Salazar, E., Castro, R., Hernández, M., & Lazcano, E. (2004). Prevalence and determinantsof male partner violence against Mexican women:A population-based study. *Salud Pública de México*, 46(2), 113-122.
- Rodrigues, S. A. (2020). Variáveis que afetam a permanência de mulheres em relacionamentos abusivos: Uma revisão integrativa. Trabalho de conclusão de curso, Centro Universitário UNIFAMETRO, Curso de Bacharelado em Psicologia, Fortaleza.
- Santos, A. E. (2019). Violência: uma perspectiva psicanalítica da constituição psíquica do indivíduo.
- Sá, S. D., & Werlang, B. S. G. (2013). Personalidade de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão sistemática da literatura.
- Raquel Silvia Barreto (2018). Relacionamentos Abusivos: Uma discussão dos entraves ao ponto final <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31312/18401>